

# **A POLÍTICA EDUCACIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO: APONTAMENTOS**

## **THE EDUCATIONAL POLICY OF SAO PAULO STATE: NOTES**

*José Luís Sanfelice<sup>1</sup>*

**RESUMO:** Este artigo discute a política educacional do Estado de São Paulo, durante os mandatos de Mário Covas, Geraldo Alckmin, Cláudio Lembo e José Serra. Aponta-se que a perspectiva ideológica que dominou a política educacional durante estes governos do PSDB foi o neoliberalismo, com predominância da lógica do mercado. Para sustentar esta afirmação, são analisadas as principais ações e medidas do governo estadual neste período.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política educacional; Estado de São Paulo; neoliberalismo

**ABSTRACT:** This article discusses the educational policy of the State of São Paulo, during the terms of Mário Covas, Geraldo Alckmin, Claudio Lembo and Jose Serra. It is pointed out that the ideological perspective that has dominated educational policy for those governments of the PSDB was neoliberalism, predominantly by market logic. To support this assertion, the main actions and measures of state government in this period are analyzed.

**KEYWORDS:** Educational policy; State of São Paulo; neoliberalism.

---

<sup>1</sup> Professor Titular em História da Educação na UNICAMP/FE/DEFHE. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR. E-mail: [sanfelice00@hotmail.com](mailto:sanfelice00@hotmail.com).

## INTRODUÇÃO

Como é de conhecimento geral, o Estado de São Paulo está sendo governado por um mesmo partido há quatro mandatos. Desde os anos noventa, quando Fernando Henrique Cardoso foi por duas vezes consecutivas presidente do Brasil, seu partido tem sido hegemônico no governo paulista. O Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB – abrigou os governadores Mário Covas (1995-98 em primeiro mandato; 1999-2000 segundo mandato, até a sua morte); Geraldo Alckmim (2000-2002 que completou o mandato de Covas e de 2003-2006 em novo mandato); Cláudio Lembo, do Partido dos Democratas que assumiu quando Geraldo Alckmim renunciou para concorrer a presidência da República e finalmente José Serra eleito para o período 2007-2010, encontrando-se no exercício do cargo.

Embora se convencie dizer que a vida partidária dos políticos brasileiros não se define exatamente por uma forte identidade ideológica deles com os respectivos programas dos partidos aos quais pertencem, no presente caso a afirmação não se aplica vigorosamente. Os últimos governantes do executivo paulista tiveram e, na medida do possível, continuam tendo uma inspiração ideológica razoavelmente comum. Respeitadas as diferenças dos estilos individuais de governo e as ambições pessoais geradoras de atritos, todos eles perseguiram, e José Serra também persegue, políticas públicas alimentadas pela visão neoliberal.

Por visão neoliberal estou entendendo, grosso modo, que ela expressa um ponto de vista político-ideológico que acompanha a transformação histórica do capitalismo moderno e que, na prática política, sugere receitas econômicas e programas políticos (CORRÊA, 2000). Conceituação tão ampla se justifica para afirmar que os governantes paulistas mencionados partilham de um mesmo ponto de vista quanto à essência da sociedade atual, ou seja, é preciso azeitar o capitalismo globalizado, mesmo que o Brasil continue na periferia da globalização. Dizendo de outra forma: os governantes paulistas oriundos do PSDB olham o mundo de um mesmo e único pedestal que nada mais é senão o estado burguês capitalista. Lá de cima, sempre com os mesmos óculos, detectam as mazelas, consideradas conjunturais e não estruturais, e tentam consertá-las. O pressuposto é que o capitalismo é consertável e, portanto, as elites devem se empenhar nas tarefas que o levarão a eternizar-se. As demais classes sociais precisam se sensibilizar para se constituírem em parceiras do mesmo projeto.

Desde os governos de Fernando Henrique Cardoso na presidência da República, e quando Mário Covas comandava o governo paulista, houve bastante

aproximação nos acertos para se estabelecer políticas públicas e em especial as políticas públicas para a educação. Também não passaram despercebidas as mesmas estratégias para implementá-las e justificá-las. Houve sempre uma articulação das ações com o apoio-intervenção das Agências (BIRD, BID, UNESCO, UNICEF etc.). No caso da educação,

Trata-se de um processo em curso com o objetivo de mudar a estrutura e o funcionamento de todos os níveis de ensino público e privado; as políticas e fontes de financiamento; o papel do governo; os objetivos da educação e suas formas, etc. (CORRÊA, 2000, p. 47).

É bem verdade que as políticas públicas dos anos 90, nos governos de FHC, estiveram no âmago da chamada Reforma de Estado e a ela se atrelavam. Quando o PSDB perdeu o mando do poder executivo federal, os governadores eleitos pelo partido deram continuidade às reformas educacionais estaduais com uma certa coerência em relação ao que se vinha fazendo em âmbito federal. No caso do Estado de São Paulo esta permanência de orientação dá-se até os dias de hoje e com grande participação de agentes que atuaram no governo de FHC.

Na prática, a reforma educacional paulista ensejada pelo PSDB teve suas mais profundas intervenções no governo de Mário Covas, com a secretária de educação Tereza Roserlei Neubauer da Silva. Os secretários de educação dos governos seguintes foram Gabriel Chalita, Maria Lúcia Vasconcelos, Maria Helena Guimarães de Castro e Paulo Renato (em exercício), não por acaso ex-ministro da Educação dos dois governos de FHC.

Quando José Serra assumiu em 2007 o governo executivo de São Paulo, permaneceu na Secretaria da Educação a secretária Maria Lúcia Vasconcelos, por seis meses, e que vinha do governo de Cláudio Lembo. Vasconcelos foi então substituída por Maria Helena Guimarães de Castro que já ocupara vários cargos dos governos do PSDB inclusive no nível federal na gestão FHC.

## I

Com Castro, o governo José Serra estabeleceu *metas* para a educação a serem atingidas até o final do mandato em 2010 e que podem assim ser sintetizadas: todos os alunos de 8 anos plenamente alfabetizados; redução de 50% das taxas de reprovação da 8ª série; redução de 50% das taxas de reprovação do Ensino Médio; implantação de programas de recuperação de aprendizagem nas séries finais de todos os ciclos de aprendizagem do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio; aumento de 10% nos índices de desempenho

do Ensino Fundamental e Médio nas avaliações nacionais e estaduais; atendimento de 100% da demanda de jovens e adultos de Ensino Médio com currículo profissionalizante diversificado; implantação do ensino fundamental de nove anos, com prioridade à municipalização das séries iniciais (1ª a 4ª séries); programas de formação continuada e capacitação da equipe; descentralização e/ou municipalização do programa de alimentação escolar nos 30 municípios ainda centralizados e programa de obras e melhorias de infraestrutura das escolas.

Dentre as principais *ações* a serem tomadas propôs-se: implantação do Projeto Ler e Escrever usando universitários bolsistas atuando como professor auxiliar nas séries iniciais de alfabetização para apoiar o professor regente e aprimorar sua formação profissional no âmbito do trabalho; implantação de ciclos de 2 anos no primeiro e segundo segmento do Ensino Fundamental; divulgação das propostas curriculares e expectativas de aprendizagem para *todas* as séries e *disciplinas* do Ensino Fundamental e Médio; recuperação intensiva ao término do 1º e 2º ciclos, na 8ª série e ao final do Ensino Médio; diversificação curricular do Ensino Médio com uma base comum de conteúdos e competências e habilitações técnicas profissionalizantes; parcerias com o setor privado para certificações em computação e língua estrangeira; política de municipalização de 1ª a 4ª séries com controle de qualidade com vistas à implantação do Ensino Fundamental de 9 anos; a boa gestão, cumprimento das metas, ganhará incentivos na remuneração da equipe de profissionais; 100% das escolas receberão laboratórios de informática, materiais de apoio ao ensino de ciências e as salas dos professores terão computadores, impressora e ambientes de multimídia.

No rol das *medidas* previstas destaca-se a criação da função *professor coordenador* e o fortalecimento do papel do diretor da escola na liderança do processo de implantação do modelo de gestão.

Bem, a passagem de Maria Helena Guimarães de Castro pela Secretaria da Educação acabou por gerar várias tensões nas suas relações com os profissionais de educação de toda a rede. As *metas*, *ações* e *medidas* em implementação passaram a serem vistas, sob muitos aspectos, como polêmicas. Politicamente sua situação tornou-se insustentável e José Serra agiu rapidamente. Castro, no início de 2009, foi substituída por Paulo Renato Souza, o ex-ministro da Educação dos governos FHC.

Referindo-se ao episódio, a jornalista Renata Mielli (2009) postou o seguinte comentário<sup>1</sup>:

Paulo Renato Souza – o ex-ministro midiático de FHC começou ontem, 14/04, sua gestão à frente da Secretaria Estadual de Educação de José Serra. A substituição realizada pelo governador paulista foi impulsionada principalmente por dois fatores: os resultados negativos da política educacional em São Paulo e a discreta atuação da ex-secretária Maria Helena Guimarães Castro, que tem um perfil mais técnico e menos político, conferindo menor visibilidade a uma pasta de grande importância.

O Estado de São Paulo tornou-se o laboratório predileto das políticas defendidas pelo “tucanato”. E Paulo Renato Souza, ao assumir a Secretaria da Educação foi enfático: “Todas elas (as ações) terão continuidade com atenção redobrada na sua execução e nos resultados a serem atingidos. A Professora Maria Helena e sua equipe foram verdadeiras desbravadoras e abriram caminhos. Trata-se agora de consolidá-los e pavimentá-los, para torná-los permanentes” ([www.paulorenatosouza.com.br/curriculo.asp](http://www.paulorenatosouza.com.br/curriculo.asp), em 22/04/09). A maneira midiática de Paulo Renato Souza fazer a sua gestão, de fato, talvez não altere os propósitos já estabelecidos.

Então, o que temos no momento em pauta na política educacional paulista é o projeto “São Paulo Faz Escola” baseado na “Nova Agenda da Educação Pública do Estado de São Paulo” que se constitui daqueles itens listados anteriormente como *ações* para uma escola melhor. Um dos itens refere-se à divulgação das propostas curriculares e expectativas de aprendizagem para *todas* as séries e *disciplinas* do Ensino Fundamental e Médio. De fato, gradativamente vem se materializando a nova proposta curricular na rede estadual.

## II

Estudo elaborado por Russo e Carvalho (s.d.) aponta os seguintes tópicos na análise que fazem da Proposta Curricular:

- a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo assume a liderança na formulação dos currículos
- “Um dos pilares do projeto é a atribuição de responsabilidade ao Professor Coordenador (mencionado acima em *medidas*) para planejar como as escolas cumprirão as metas de desempenho e como elevarão o nível de aprendizado dos alunos”
- “Ainda que os gestores escolares não tenham sido chamados a colaborar com a construção da proposta curricular é a eles atribuída a missão de divulgá-la e implementá-la”
- “o Professor Coordenador é alçado à condição de principal protagonista da implantação da nova proposta curricular [...]”
- a Secretaria da Educação esclarece as expectativas que tem em relação ao desempenho do Professor Coordenador de forma detalhada sob forma de bula ou receita. “Assim, com o uso de uma linguagem imperativa o texto indica os passos a serem seguidos pelo professor coordenador na condução [...]”.

Russo e Carvalho (s.d.) também refletem sobre alguns aspectos dos fundamentos da nova proposta curricular “[...] manifestamente polêmicas e reveladores de intencionalidades não explícitas no discurso dos seus formuladores”. Destacam quatro pontos:

- a) Adoção de um currículo fechado e único para toda a rede escolar.
- b) Utilização de material instrucional padronizado e conseqüente uniformização dos conteúdos e procedimentos em todas as escolas da rede e padronização do trabalho docente.
- c) Uso dos resultados da avaliação de aprendizagem escolar dos alunos como critério para concessão de bônus salarial aos trabalhadores docentes e gestores da escola.
- d) A adoção de escala numérica para expressar o resultado do aproveitamento escolar dos alunos.

Os autores citados comentam criticamente que a nova proposta curricular do Estado de São Paulo é de tal maneira conflitante com a legislação superior que é possível concluir pela sua ilegalidade. A proposta estaria ferindo o Artigo 206 da Constituição Federal quanto ao pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, bem como em relação à gestão democrática do ensino público. O mesmo acontece em relação à LDB 9.394/96 em seus Artigos 3º, 12º, 13º, 14º e 15º que versam sobre a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, a incumbência dos estabelecimentos de ensino elaborarem e executarem suas propostas pedagógicas, a participação dos docentes na elaboração das propostas pedagógicas; a elaboração e cumprimento do plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino e assegurando às unidades escolares públicas de educação básica progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira.

Na contramão do espírito da legislação maior a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo adota um currículo único e fechado, utiliza material instrucional padronizado, acompanha os resultados por supervisão cerrada através da avaliação, usa os resultados da avaliação como critério para concessão de vantagens salariais (bônus) e utiliza o incentivo monetário para o aumento da produtividade do trabalho.

Russo e Carvalho (s.d.) concluem:

[...] as mudanças revelam o uso de uma racionalidade técnica e autoritária que não encontra fundamento para o processo democrático de formação humana, para a autonomia da escola na construção do seu projeto político-pedagógico e para o desenvolvimento pessoal e profissional dos professores.

É lícito

[...] questionar a eficácia da orientação imposta às políticas educacionais que repetem e aprofundam medidas de inspiração neoliberal que se revelaram incapazes de produzir mudanças na realidade escolar e de argüir a administração pública autoritária que produz soluções mágicas, formuladas nos gabinetes de pseudo-iluminados que dispensam a audiência e a adesão daqueles que terão a responsabilidade de realizá-las e de quem pagará a conta pelo eventual fracasso das mesmas.

Numa manifestação conjunta, expressivas entidades que congregam profissionais da educação do Estado de São Paulo, foram enfáticas:

[...] é preciso tomar as rédeas dessa proposta. Para tanto, precisamos atuar como protagonistas e não meramente como implementadores que devem respeitar cronograma, burocracia, conteúdos pré-estabelecidos, que muitas vezes não consideram as especificidades do nosso alunado do Vale do Paraíba ao Pontal do Paranapanema ou dos grandes centros metropolitanos. Será que alguém acredita que a realidade social, econômica e política de todas essas regiões são iguais? Quando a SEE adota um currículo padronizado, estão sendo consideradas as diferenças regionais? As diferentes questões que permeiam o trabalho cotidiano em cada escola estão sendo levados em conta? (APASE, APEOESP, CPP, 2009, p. 5).<sup>ii</sup>

Em referência à situação em que os educadores se viram colocados, as perguntas das entidades são ainda mais pertinentes:

Estamos felizes em sermos vigiados e controlados para cumprirmos o cronograma e os objetivos da Proposta Curricular? Estudamos muito só para reproduzirmos conteúdos determinados e prepararmos nossos alunos para as avaliações que só tem a preocupação de projetar nosso Estado no *ranking* das políticas educacionais brasileiras e mundiais? Estamos contentes em atrelar salário aos indicadores das avaliações externas? (APASE; APEOESP; CPP, 2009, p. 7).

Embora se considere legítimo que o governo de um Estado tenha propostas no campo da educação, é necessário ponderar que tais propostas devem resultar de procedimentos democráticos coerentes com aqueles que atribuíram aos governantes o lugar que ocupam. É preciso que todos os partícipes do aparelho educativo estatal estejam envolvidos com a proposta desde sua origem, mesmo que isto signifique um mergulho em muitas contradições. Não foi o que ocorreu no presente caso e não tem sido esta a característica da política educacional do PSDB em São Paulo.

É claro também que a política educacional não se expressa somente pela forma como é introduzida uma nova proposta curricular na rede de ensino, mas, hoje, a este tópico se atrelam outras medidas que revelam a mesma postura autoritária: os sistemas de avaliação e bonificação dos docentes “produtivos” seriam outros bons exemplos.

No mais, a política educacional do Estado de São Paulo vem se caracterizando por empreendimentos pontuais, nem sempre duradouros, de efeitos midiáticos e de duvidosos resultados qualitativos. Os profissionais da educação da rede pública que trabalham hoje com contratos precários, os baixos salários quando comparados nacionalmente e a ausência de um Plano Estadual de Educação são questões essenciais, não solucionadas pelos últimos governos, que comprometem profundamente o trabalho docente, a aprendizagem do aluno e o papel de um Estado educador. É chegada, pois, a hora da sociedade civil, as entidades de profissionais da educação e o conjunto de docentes educarem o Estado e o seu aparelho educativo.

### III

É preciso dizer ainda que a dita lógica de mercado vem a cada dia mercantilizando mais e mais a educação. Ela passou a se constituir em um bom produto que também vende consigo muitas outras mercadorias agregadas: cadernos, canetas, computadores, livros, sala de informática, antenas parabólicas, salas de videoconferência, laboratórios, jornais, revistas e toda uma imensa parafernália sobre a qual pouco se sabe do que efetivamente ajuda na qualificação da aprendizagem<sup>iii</sup>. Tanta mercadoria para ensinar os alunos a ler e escrever e depois participarem de avaliações? Avaliações concebidas por quem? Para avaliar o que? Habilidades e competências? E o acesso democrático ao conhecimento como fica? E o exercício das práticas democráticas quando será iniciado?

Para se ter uma idéia ligeira do que acabo de afirmar: a Rede do Saber foi montada para oferecer formação em nível superior à aproximadamente 7.000 educadores efetivos de 1ª a 4ª séries da rede estadual de ensino, visando atender as exigências da LDB. Em 2001 e 2002 foi desenvolvido o Programa PEC – Formação Universitária, acompanhado por agência externa que o avaliou bem, segundo a informação da própria Secretaria.

Isso justificou a ampliação da infra-estrutura criada para atendê-lo, estendendo-a a todos os profissionais que compõem os quadros da SEE-SP. Desta forma, em maio de 2003 foi inaugurada a Rede do Saber – uma verdadeira tecnologia de formação de educadores<sup>iv</sup>.

Ao apresentar a infra-estrutura desenvolvida para viabilizar a Rede do Saber, a Secretaria da Educação refere-se a *uma enorme estrutura física*: 300 salas, ambientes de recepção de videoconferência, laboratórios de informática, espaços multimídia, 2,2 mil computadores, 411 aparelhos de TV e sistemas de sonorização, presença em 100 pontos em

77 cidades, 9 estúdios de geração em São Paulo e 6 instalados nas universidades parceiras, interatividade com as 90 Diretorias de Ensino do Estado etc. etc.

Outro exemplo foi o do “Projeto Kit Multimídia na Sala do Professor”, justificado como uma iniciativa para valorizar os educadores da rede pública e que propôs, em 2008, distribuir o kit (microcomputador completo, impressora, 3 *witch* para conexão com a rede da escola e com a Internet, TV de 29 polegadas interligada ao computador e mobiliário para a instalação dos novos equipamentos – (escolas com mais de 1000 alunos deveriam receber um segundo microcomputador) para mais de 5200 escolas do Estado<sup>v</sup>.

Um tópico diferente dos anteriores também chama a atenção uma vez que atinge um ponto nevrálgico das políticas educacionais. O Programa Escola da Família em funcionamento desde 2003, que proporciona a abertura das escolas da Rede aos finais de semana, “[...] com o objetivo de criar uma cultura da paz, despertar potencialidades e ampliar os horizontes culturais de seus participantes”, concede bolsas de estudo aos universitários que nele atuam. Os convênios de concessão de bolsas são realizados com instituições particulares de Ensino Superior configurando o repasse de recursos públicos para o setor privado. É preciso notar que o Ensino Superior público no Estado de São Paulo vem a cada ano se constituindo em menos representativo, quantitativamente, em relação ao Ensino Superior privado. Dados indicam que nos anos mais recentes a diminuição foi de 17,5% para 9,3 do total. O atendimento aos alunos é 86,19 realizado pelo setor privado<sup>vi</sup>.

É o caso de se indagar: programas como PEC – Formação Universitária, com todas as suas implicações no que diz respeito à própria formação dos docentes da Rede, bem como os investimentos que implica, bolsas que repassam recursos para o Ensino Superior privado e usam a mão-de-obra de universitários, não teriam como alternativa uma política contínua de formação de professores no Ensino Superior público? Em tempos de desemprego estrutural crescente, o Programa Escola da Família não poderia contar com profissionais devidamente concursados? E por que a Bolsa Alfabetização do Projeto Escola Pública e Universidade na Alfabetização, considerado uma das principais ações do Programa Ler e Escrever, que “[...] prevê a atuação de estudantes universitários nas classes de 1ª série do Ensino Fundamental para auxiliar os professores dessas turmas na complexa tarefa de garantir a alfabetização das crianças”<sup>vii</sup> segue a mesma lógica de conceder bolsa e não utilizar-se de um profissional da educação concursado?

Na Resolução SE-90, de 8 de Dezembro de 2008 (SÃO PAULO, 2008), encontra-se o ponto de vista oficial quando diz que o Projeto Bolsa Pública e Universidade na

Alfabetização – Bolsa Alfabetização – objetiva “[...] possibilitar o desenvolvimento de experiências e conhecimentos necessários aos futuros profissionais de Educação, sobre a natureza da função docente no processo de alfabetização dos alunos da 1ª série – ciclo I do Ensino Fundamental”, porque pesquisa realizada pela Fundação Carlos Chagas, sobre a “Formação inicial de professores para o Ensino Fundamental: Instituições Formadoras e seus Currículos”, teria demonstrado que, nas instituições formadoras, a formação profissional específica é de 30% e 70% ficaria para outro tipo de matérias. Nas ementas das disciplinas de formação profissional predominariam os referenciais teóricos de sociologia, psicologia ou outros, pouco relacionados às práticas educacionais<sup>viii</sup>.

Para não exagerar na contra-argumentação à Secretaria da Educação, e sem discordar de que é necessário zelar muito pela aprendizagem das crianças da 1ª série – ciclo I do Ensino Fundamental, bem como de todas as demais, gostaria de lembrar que a especialização precoce do futuro docente, só tem sentido na visão pragmática de gestores que buscam índices nos quadros das avaliações hoje em pauta. É uma ilusão imaginar que um docente prático qualificará o processo de ensino-aprendizagem. Quem cedo se especializa em explicar um arbusto, não consegue ver a floresta imensa que o circunda. Se a Secretaria de Educação deseja realmente investir em qualidade, que o faça contratando os melhores profissionais da área, através de concursos públicos e reduzindo o número de alunos por sala. Os bolsistas, por sua vez, necessitam da consolidação da sua formação teórica e prática e não serem impingidos a uma adesão a um programa de alfabetização já estabelecido e cujas bases teórico-epistemológicas talvez nem decifrem. Em muitos casos a *adesão* decorre apenas e tão somente da necessidade econômica de usufruir da Bolsa<sup>ix</sup>.

#### IV

Um recurso à história da educação brasileira auxilia na compreensão da imperatividade com que a Secretaria Estadual de Educação induz a sua proposta curricular. Na prática educativa da instituição escolar sempre se visou, em cada contexto histórico, disponibilizar ou impor aos educandos conhecimentos, valores, comportamentos e habilidades. Um exemplo relativamente recente foi quando a ditadura civil-militar do capital assenhorou-se do poder de Estado brasileiro, com o golpe de 1964, e passou a fazer profundas incursões na legislação educacional, bem como na organização escolar. Os currículos e seus fins foram alterados nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Das ações resultaram

a Reforma Universitária de 1968 (Lei nº 5.540/68) e a Lei de Diretrizes e Bases de nº 5.692/71, dentre outras iniciativas.

Na última década do século XX, em clima de reabertura política, tivemos a aprovação da nova LDB nº 9.394/96. O governo era de FHC e as alianças entre PSDB e PFL encarregaram-se de imprimir a ofensiva conservadora. Paulo Renato Costa Souza, ministro da educação de FHC foi fundamental na *tirada de tapete* das propostas legislativas que haviam obtido grande consenso em muitos setores da sociedade civil. Bandeiras históricas do movimento de educadores foram arditosamente incorporadas na nova legislação.

A apropriação operada não era suficiente aos desígnos governamentais. Tornava-se imprescindível ressignificá-las: capacitação de professores foi traduzida como profissionalização; participação da sociedade civil como articulação com empresários e ONGs; descentralização como desconcentração da responsabilidade do Estado; autonomia como liberdade de captação de recursos; igualdade como equidade; cidadania crítica como cidadania produtiva; formação do cidadão como atendimento ao cliente; a melhoria da qualidade como adequação ao mercado e, finalmente, o aluno foi transformado em consumidor (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2000, p. 52).

Com a onda neoliberal dos anos 90 e as sociedades mundializando-se, o Brasil, em busca do seu lugar na globalização econômica e no processo de reestruturação do trabalho, viu-se na urgência de ceder face às imposições das Agências nas questões político-educacionais. Da Conferência Mundial de Educação para todos – Jomtien (Tailândia)<sup>x</sup>, 1990 – aos dias de hoje, o receituário ideológico e político-educacional a ser seguido pelos países do 3º mundo ou em desenvolvimento, tem sido imenso.

Das ideias *pedagógicas* de que a educação deve realizar as necessidades básicas de aprendizagem ao sugestivo princípio de que os sistemas educativos precisam oferecer conhecimentos e habilidades específicas<sup>xi</sup> que o sistema produtivo requer, passando ainda pela definição de uma moderna cidadania, a cartilha neoliberal tem sido adotada.

A continuidade dos governos tucanos no Estado de São Paulo tem viabilizado uma certa política educacional na qual, do governo Covas ao governo Serra, há um projeto em execução: formar cidadãos competitivos que tenham conhecimentos e destrezas para participarem da vida pública. Para tal objetivo o currículo atual torna-se a cartilha do professor. O pretendido pode estar restrito ao conhecimento das

[...] operações aritméticas básicas, a leitura e compreensão de um texto escrito, a comunicação escrita, a observação, descrição e análise crítica do entorno, a recepção e interpretação das mensagens dos meios de

comunicação modernos e participação no desenho e execução de trabalho em grupo (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2000, p. 64).

Os governos de plantão, nas políticas educacionais, vieram e vão mudando a tônica do Estado administrador e provedor para um Estado cada vez menos provedor e cada vez mais avaliador. É também um Estado incentivador de políticas – as parcerias e o trabalho voluntário, por exemplo – que descentraliza/desconcentra tarefas e integra/concentra decisões estratégicas.

## V

Não é possível concluir, pois o governo de José Serra ainda está em andamento, mas somando as tendências da política educacional do PSDB na última década e meia no Estado de São Paulo podem-se indicar alguns tópicos constantes e definidores tais como:

- ensino superior em ritmo de grande privatização;
- ensino médio que torna paralela a formação geral e a qualificação e ou habilitação profissional (Resolução SE – 98 de 23/12/2008);
- ensino fundamental municipalizado, completando a meta do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado Município (Decreto 41.054 de 29 de julho de 1996);
- aplicação de inúmeros Programas focados e não de políticas de longa duração<sup>xii</sup>;
- uso de parcerias com as empresas educativas ou não, repassando a elas volumosos recursos públicos;
- implementação da incorporação de novas tecnologias na Rede estadual de educação sem uma fundamentação que vislumbre quais os ganhos pedagógicos qualitativos possíveis ou desejados;
- implementação de ações para a formação inicial e ou continuada de docentes mais a distância do que presenciais<sup>xiii</sup>;
- a contratação de docentes por concursos públicos tem sido mais um anúncio do que uma prática. Há milhares de docentes na Rede estadual em regime de trabalho precário. A política de concursos vem sendo substituída pela prática focada de seleção por *provinhas* de efeitos midiáticos ou estágios comprobatórios. O tucanato de posse do governo paulista não cumpre seus deveres constitucionais;
- a carreira do magistério paulista vilipendiada e sem uma política salarial minimamente condizente é, em última instância, escrachada pelo próprio governo junto à opinião pública.

Os docentes são cobrados por duvidosos critérios de produtividade, ficam lançados à própria sorte da competitividade entre pares e os *vencedores* são premiados com bônus, quantias em dinheiro, sem que haja alterações salariais para a categoria;

- o último ataque do PSBD à educação estatal paulista foi a reforma curricular em implantação e comentada anteriormente.

Como já afirmei, ainda não é possível concluir, mas há sérios indícios: a educação estatal paulista está indo para o brejo. O Estado minimiza-se como provedor perante o tamanho do desafio, aprofunda seu controle e responsabiliza outros sujeitos pelas funestas consequências. Estamos em tempos de precarização. Precarização política, ética, cultural e material.

## Notas

<sup>i</sup> Disponível em: < <http://renatamielliblogspot.com>>. Acesso em: 15 abr. 2009.

<sup>ii</sup> APASE: Sindicato dos Supervisores do Magistério no Estado de São Paulo.

APEOESP: Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo.

CPP: Centro do Professorado Paulista

<sup>iii</sup> Cf. por ex. estudo de DWYER, Tom et. a. Desvendando mitos: os computadores e o desempenho no sistema escolar. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 101, dez. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttxt&pid=S0101-73302007000400003&ing=pt&nrm=iso/](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttxt&pid=S0101-73302007000400003&ing=pt&nrm=iso/)>. Acesso em: 28 set. 2009.

<sup>iv</sup> Disponível em: <[www.rededosaber.sp.gov.br](http://www.rededosaber.sp.gov.br)>. Acesso em: 28 set. 2009.

<sup>v</sup> Disponível em: <<http://kitmultimedia.edunet.sp.gov.br>>. Acesso em: 28 set. 2009.

<sup>vi</sup> Disponível em: <[www.inesp.gov.br](http://www.inesp.gov.br)>. Acesso em: 10 Maio 2009.

<sup>vii</sup> Disponível em: <http://lerescrever.fde.sp.gov.br> Acesso em: 28 set. 2009.

<sup>viii</sup> Disponível em: <[www.sindicatoapase.org.br](http://www.sindicatoapase.org.br)>. Acesso em: 28 set. 2009.

<sup>ix</sup> Observar que nas Universidades públicas do Estado de São Paulo, há vários programas de estágios para capacitação na docência e que podem ser demandados por alunos que cursam o Mestrado ou Doutorado. Na prática estão substituindo docentes que faleceram, aposentaram-se ou se afastaram e que não são repostos.

<sup>x</sup> A Conferência foi financiada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), UNICEF (Fundo das nações Unidas para a Infância), PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e Banco Mundial (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2000, p. 56).

<sup>xi</sup> “Eram elas: versatilidade, capacidade de inovação, comunicação, motivação, destrezas básicas, flexibilidade para adaptar-se a novas tarefas e habilidades como cálculo, ordenamento de prioridades e clareza na exposição, que deveriam ser construídas na educação básica” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2000, p. 63).

<sup>xii</sup> Escola em Parceria, Programas Agita Galera, Jovem Voluntário – Escola Solidária, Escola da Família, Bolsa Formação – Escola Pública e Universidade, Ler e Escrever, ACESSA Escola, Qualidade da Escola – PQE são alguns exemplos. Há ainda os Projetos.

<sup>xiii</sup> Vide a recente criação da Univesp – Universidade Virtual do Estado de São Paulo – Decreto nº 53536, de 9 de outubro de 2008. Disponível em: <www.univesp.ensinosuperior.sp.gov.br>.

## REFERÊNCIAS

APASE; APEOESP; CPP. *Proposta curricular do Estado de São Paulo: Uma análise crítica*. São Paulo. APASE, APEOESP, CPP, 2009.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1968.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1971.

CORRÊA, V. *Globalização e neoliberalismo: o que isso tem a ver com você professor?* Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

SÃO PAULO. (Estado). Decreto nº 41.054, de 29 de Julho de 1996. Autoriza a Secretaria da Educação a adotar providências relativas ao Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município e dá providência correlata. Disponível em: <www.educação.sp.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 53536 de 09 de Outubro de 2008. Institui o Programa Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP, para expansão do ensino superior público do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas. Disponível em: <www.univesp.ensinosuperior.sp.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Resolução SE-90, de 8 de Dezembro de 2008. Dispõe sobre a expansão e aperfeiçoamento do Projeto Bolsa Escola Pública e Universidade na Alfabetização. Disponível em: [http://deadamantina.edunet.sp.gov.br/legislacao/res\\_SE\\_90\\_2008.htm](http://deadamantina.edunet.sp.gov.br/legislacao/res_SE_90_2008.htm). Acesso em: 24 ago. 2010.

MEDRADO, N. L. *A política educacional do governo Alckmin: a escola pública paulista sob o domínio da indústria cultural*. 2008. Tese (Doutorado). Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba.

RUSSO, M.; CARVALHO, C. *A política educacional do governo Serra*. Disponível em: [www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/C38.pdf](http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/C38.pdf). Acesso em: 22 set. 2009.

SÃO PAULO. Resolução SE-98, de 23 de Dezembro de 2008. Estabelece diretrizes para a organização curricular do ensino fundamental e do ensino médio nas escolas estaduais. Disponível em: <www.educação.sp.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2009.

Recebido em outubro de 2009

Aceito em março de 2010